

RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL N° 0001/2023- MP 2ª PJ Salinópolis

(Procedimento Administrativo – SIMP 000830-033/2019)

Objetivo: **PROIBIÇÃO DE ACESSO DE VEÍCULOS**, a partir do terceiro atalho da praia do Atalaia, localizada no município de Salinópolis, a contar das coordenadas 0°35'52,00"S 47°17'43,8"W, que compreende a faixa de areia na Ponta da Sofia, **DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2023 ENTRE O HORÁRIO DE 16 (dezesseis) horas e 08 (oito) horas**, em considerando que é durante a noite e ao amanhecer que os filhotes de tartarugas saem dos ninhos em direção ao mar, além de ser esse, atualmente, o local em que ocorre a maior concentração de pontos de desova de tartarugas marinhas

Destinatários:

- 1- IDEFLOR- BIO - órgão gestor do MONA (Monumento Natural Atalaia);**
- 2- SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, COMANDO DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS;**
- 3- SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS (SEDOP);**
- 4- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS;**
- 5- SPU – SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA UNIÃO NO PARÁ**



O Ministério Público do Estado do Pará e o Ministério Público Federal, por meio de seus representantes *in fine* assinados, com base no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal, artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e:

CONSIDERANDO o art. 129, II, da Constituição Federal de 1988, que determina ao Ministério Público o dever constitucional de zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos e aos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a CF/88, no artigo 225, caput, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que as praias marítimas são bens da União (art. 20, IV, da CF/88) e se constituem em bens públicos de uso comum do povo (art. 10 da Lei nº 7.661/1988);

CONSIDERANDO que tramita na 2ª PJ de Salinópolis o procedimento administrativo 000830-033/2019, cujo objeto é acompanhar a implementação do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação do Monumento do Atalaia, criada pelo Decreto Estadual 2.077/2018, localizada no Município de Salinópolis/PA, além do termo de referenciamento do Plano de Manejo do local, bem como apurar possíveis impactos na zona de amortecimento que estejam em inconformidade com o objetivo da criação da Unidade de Conservação.”

CONSIDERANDO que o projeto Suruanã, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, trabalha a conservação das tartarugas marinhas no litoral paraense há 10 anos, identificou e monitorou na praia do Atalaia, Ponta da Sofia (Monumento Natural do Atalaia) e Ilha de Maiandeuá, ninhos de tartarugas marinhas das espécies *Caretta Caretta*, *Lepidochelys olivacea*, *Chelonia mydas* e *Eretmochelys imbricata*;

CONSIDERANDO que a preservação das espécies da fauna residente e migratória é um dos objetivos de criação do Monumento Natural do Atalaia, e, que dentre a

fauna migratória, as tartarugas marinhas desempenham um importante papel como agentes de manutenção de ecossistemas costeiros e marinhos devido sua alimentação que envolve sobretudo invertebrados proporcionando a saúde ambiental, além de serem transportadoras de nutrientes por longas distâncias devido o hábito migratório;

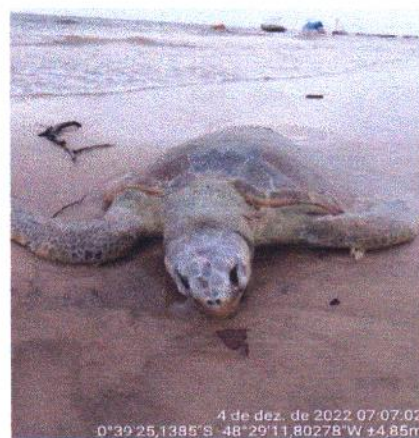
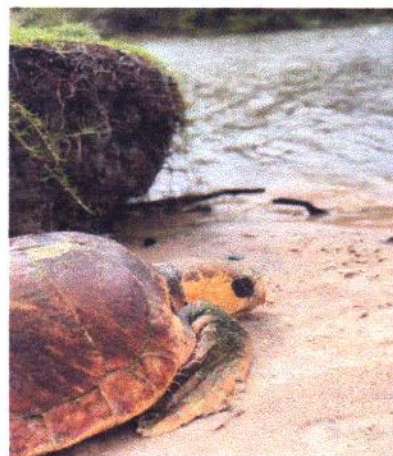
CONSIDERANDO que as tartarugas marinhas pertencem a mais antiga linhagem de répteis, possuindo um modo de vida multifacetado com ciclos complexos, tempo de geração longo, crescimento e maturidade sexual lenta, exigindo grandes migrações transoceânicas, intercalação de habitats e de recursos alimentícios, mais ligados a áreas que ofereçam melhor alimentação e desova (MÁRQUEZ, 1990; BOLTEN, 2003; LUSCHI et al., 2003);

CONSIDERANDO que a população de tartarugas tem sofrido grandes mudanças nos últimos anos devido a ação antropogênica, desde a predação de sua carne, para consumo direto de ovos, produção de medicamentos e cosméticos, como da carapaça, que é utilizada para a confecção de utensílios domésticos e acessórios artesanais (WALLACE, 1853; BATES, 1879; VIANNA, 1973);

CONSIDERANDO que cinco das sete espécies de tartarugas marinhas viventes desovam na costa brasileira, inclusive no litoral paraense, dentro da Unidade de Conservação do Monumento Atalaia, e que essas cinco espécies estão incluídas na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2002) como espécies ameaçadas de extinção, sendo elas as espécies *Chelonia mydas* (tartaruga-verde), *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda), *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente), *Lepidochelys olivacea* (tartaruga-oliva) e a *Dermochelys coriacea* (tartaruga-de-couro);

CONSIDERANDO que, através do projeto suruanã, vinculado a Universidade Federal do Pará, foi identificado no litoral paraense que o período de desova das tartarugas marinhas é de fevereiro a julho, onde as fêmeas buscam as praias para a postura dos ovos durante a noite e ao amanhecer, e que o nascimento de filhotes acontece de abril a setembro, também durante a noite e ao amanhecer, ao saírem dos ninhos e irem em direção ao mar;





CONSIDERANDO que a circulação de veículos, emissões de fortes ruídos, incluindo vibrações sonoras causadas por aparelhagens de som, e iluminação na praia afetam a desova das tartarugas, impedindo que esses indivíduos subam até o local para depositar seus ovos, bem como podem impactar, posteriormente, na eclosão desses ovos;

CONSIDERANDO que o IDEFLOR-bio, como gestor da unidade de conservação – MONA Atalaia, vem alertando que a ocupação desordenada da zona de amortecimento, não somente com relação as construções, mas também da circulação de veículos, com mais ênfase à Ponta da Sofia, representa um prejuízo para a manutenção dos ecossistemas locais e perdas de biodiversidade;

CONSIDERANDO ampla literatura que informa sobre os prejuízos causados pelo trânsito de veículos em áreas de desovas de tartarugas marinhas em razão: 1) da destruição dos ninhos depositados na areia; 2) da interferência que a movimentação sobre a areia pode causar em diferentes e fundamentais etapas do ciclo de vida das tartarugas marinhas, como a compactação da areia do ninho impedindo a saída dos filhotes, a troca de gases e o equilíbrio de umidade do ninho; 3) do atropelamento dos filhotes quando deixam o ninho e caminham em direção ao mar; 4) da formação de barreiras com os rastros deixados pelos veículos na praia nas quais os filhotes podem ficar presos, uma vez que esses rastros, que podem chegar a 30 cm de profundidade, impedem a caminhada dos filhotes ao mar, provocando maior exposição à predação, atropelamentos, pisoteio, desidratação e morte ou, ainda, obrigam os filhotes a gastar, apenas no trecho de praia, a maior parte da energia vitelínica necessária para atravessar a praia, a zona de arrebentação e a área marinha até águas afastadas da costa, onde passam seus primeiros anos de vida; da alteração no comportamento das fêmeas quando sobem à praia para desovar, assustando-as, com eventual interrupção do processo reprodutivo, colocando-as em risco de atropelamento, causando desorientação pela luz dos faróis;

CONSIDERANDO a Resolução CONAMA nº 303/2002 que define como Área de Preservação Permanente (áreas em que é proibida a supressão de vegetação) as áreas situadas: (...) nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre; (...) na faixa mínima de 300 metros a partir da linha de preamar ou em qualquer localização, quando com função fixadora de dunas e mangues;

CONSIDERANDO que a movimentação de veículos nas praias pode afetar não só as tartarugas marinhas, mas também outros organismos que ali vivem, além da destruição da vegetação e o habitat de diversas espécies, uma vez que muitos são os

exemplos de animais atropelados nas praias ou que têm suas tocas ou ninhos destruídos com a passagem de veículos – como aves costeiras que nidificam na restinga – no sentido contrário ao que se espera em uma área de relevância ambiental;

CONSIDERANDO que, além do tráfego de veículos em área de praia constituir atividade altamente nociva ao meio ambiente, os frequentadores do local também perdem o sossego pelo barulho causado por motores e a segurança em razão do risco de atropelamento;

CONSIDERANDO o fato de a realidade na praia do Atalaia no município de Salinópolis ser agravada pelos sons automotivos que circulam livremente, inclusive dentro da Unidade de Conservação, os quais notoriamente provocam intensa poluição sonora que prejudica e abala todo ecossistema da Unidade de Conservação;

CONSIDERANDO que constitui infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade competente (art. 187) e o estacionamento e a parada de veículos em local e horário proibido (art. 181 e 182);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 2.077, de 23 de maio de 2018, que criou a Unidade de Conservação - Monumento Natural do Atalaia na modalidade de Proteção Integral, com área de 256,58 hectares, tendo como objetivos (art. 2º):

- I - Garantir a proteção das belezas cênicas, das dunas, das restingas, os manguezais e dos lagos; assim como a preservação das espécies da flora e da fauna residente e migratórias, que utilizam a área para alimentação, refúgio e berçário natural durante a época de reprodução;
- II - Proteger amostras representativas dos ecossistemas costeiros, principalmente das áreas sobre grande pressão antrópica;
- III - Contribuir com o ordenamento do turismo;
- IV - Disciplinar o uso e a ocupação da área em seu entorno;
- V - Oportunizar a educação ambiental com fins turísticos e escolares, especialmente voltada às comunidades locais e usuários;
- VI - Assegurar a colaboração das comunidades locais, no exercício das atividades de fiscalização, de competência do órgão ambiental, relativas aos ecossistemas existentes;
- VII - Assegurar a participação das comunidades locais na elaboração e execução de programas de Educação Ambiental, como forma de preservar a Área de Preservação Permanente (APP);



VIII - Preservar os ecossistemas e o patrimônio genético da Zona Costeira;

IX - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Pesquisa Científica, Educação Ambiental, Recreação e Ecoturismo.

CONSIDERANDO que o trânsito de veículos nas áreas mais sensíveis do Monumento Atalaia é incompatível com seus objetivos de criação, pois se trata de área de proteção ambiental integral;

CONSIDERANDO que a criação do MONA Atalaia tem como finalidade resguardar os remanescentes de ecossistemas costeiros como dunas, restingas e manguezais, em meio à pressão gerada pela ocupação desordenada do território, preservando ecossistemas e seu patrimônio genético, as espécies da flora e da fauna residente e migratória, seus refúgios, áreas de reprodução e alimentação, assegurando a participação e a colaboração das comunidades locais;

CONSIDERANDO que em UC de proteção integral, quando não estiver estabelecida a zona de amortecimento, deve-se considerar uma faixa de 3 km (SNUC) no procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, que possa afetar a referida UC;

CONSIDERANDO que compete ao IDEFLOR-bio como órgão responsável pela administração/gestão do MONA do Atalaia a elaboração do Plano de Manejo, a fim de estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos nos limites da UC e sua zona de amortecimento;

RESOLVEM, com base nos artigos 127 e 129, incisos II, VI e IX, da Constituição Federal c/c inciso IV, do parágrafo único do art. 27 da lei nº 8625/93, c/c art. 6º, inciso VII, alíneas b e c, e XX, da lei complementar nº 75/1993;

RECOMENDAR

ao IDEFLOR-bio, em articulação com a Secretaria de Segurança do Estado do Pará, Comando da Polícia Militar, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, SEDOP, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transito de Salinópolis e Superintendência do Patrimônio Público da União no Pará, o que segue:

- a- O IDEFLOR-bio, como órgão gestor do Monumento Natural do Atalaia, deve articular com os demais destinatários deste ato, providências para que, no prazo de 10 (dez) dias, seja proibido o acesso de qualquer tipo de veículo, com as exceções previstas na alínea c da presente recomendação, a partir do terceiro atalho da praia do Atalaia, localizada no município de Salinópolis, a contar das coordenadas 0°35'52,00"S 47°17'43,8"W, que compreende a faixa de areia na Ponta da Sofia, **DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2023 ENTRE O HORÁRIO DE 16 (dezesseis) horas e 08 (oito) horas**, em considerando que é durante a noite e ao amanhecer que os filhotes de tartarugas saem dos ninhos em direção ao mar, além de ser esse, atualmente, o local em que ocorre a maior concentração de pontos de desova de tartarugas marinhas



- b- O IDEFLOR-bio, como órgão gestor do Monumento Natural do Atalaia, deve articular com os demais destinatários deste ato para que, no prazo de 10 (dez) dias, proíba totalmente em qualquer horário do dia ou semana o acesso de qualquer tipo de veículo com as chamadas Torres Sonoras, Carretinhas, Carros Sons, Carros com Equipamentos Sonoros em Mala e os chamados Paredões, a fim de reduzir os riscos de impactos sobre a desova de tartarugas marinhas, a partir do terceiro atalho, iniciada pelas coordenadas 0°35'52,00"S 47°17'43,8"W, que compreende a faixa de

areia na Ponta da Sofia, onde ocorre a maior concentração de pontos de desova de tartarugas marinhas.

- c- Que seja assegurado acesso somente a veículos automotores que prestam serviço público, tais como limpeza, coleta de lixo, conservação das praias, patrulhas policiais, corpo de bombeiros, fiscalização de trânsito e ambiental, ambulância e afins.
- d- No prazo de 30 (trinta) dias, os destinatários devem implementar as seguintes ações:
 - 1) instalar placas em locais visíveis ao público em todas as entradas de acesso à praia constando informação de que a partir dali é proibido o trânsito de veículos (inclusive motocicletas e quadriciclos), citando as referências da legislação vigente, bem como do grau de infração caso a norma seja descumprida;
 - 2) realizar bloqueio efetivo nos acessos à praia com estruturas que não sejam facilmente removíveis ou ultrapassadas;
 - 3) promover fiscalização periódica e semanalmente, em dias e horários alternados, **SOBRETUDO em períodos de maior fluxo de carros na praia, tais como finais de semana e feriados, articulando o apoio da secretária de trânsito local, se necessário, para exercício do seu poder de polícia, visando o cumprimento da medida;**
 - 4) encaminhar relatório mensal à 2ª Promotoria de Justiça de Salinópolis em razão do objeto do aludido procedimento administrativo.
- e- **REMETAM-SE CÓPIA AOS DESTINATÁRIOS**, para cumprimento, solicitando, no mesmo expediente, que os destinatários promovam a imediata e adequada divulgação desta Recomendação (Lei nº 8.625/1993, art. 27, Parágrafo Único, IV, in fine), bem assim que informe, em 07 (sete) dias, a contar da ciência da presente Recomendação, sobre o acatamento da orientação aqui recomendada e as providências já adotadas para o seu fiel cumprimento.
- f- Proceda a publicação desta Recomendação no *atrium* da sede das Promotorias de Justiça de Salinópolis-PA;
- g- Proceda o envio de cópia da presente Recomendação à Gerência de Documentação, Protocolo e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no DOE e ao Setor de Imprensa para a divulgação necessária;
- h- Cumpra-se.



Na oportunidade, advirto V. S.^a que o não cumprimento desta
Recomendação implicará na adoção da medida judicial cabível.

Salinópolis/PA, 13 de fevereiro de 2023.

GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE

Promotor de Justiça MPPA

ADRIANA PASSOS

FERREIRA:6080559

5287

ADRIANA PASSOS FERREIRA

Promotora de Justiça MPPA

Assinado de forma digital por
ADRIANA PASSOS
FERREIRA:60805595287
Dados: 2023.02.13 12:20:35
-03'00'

GABRIELA DE GÓES ANDERSON MACIEL TAVARES CÂMARA

Procuradora da República

JOSÉ RICARDO CUSTÓDIO DE MELO JÚNIOR

Procurador da República

MARIA OLÍVIA PESSONI JUNQUEIRA

Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00006451/2023 DOCUMENTO DIVERSO nº 92-2023**

.....
Signatário(a): **JOSE RICARDO CUSTODIO DE MELO JUNIOR**

Data e Hora: **13/02/2023 16:20:06**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARIA OLIVIA PESSONI JUNQUEIRA**

Data e Hora: **13/02/2023 16:59:36**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **GABRIELA DE GÓES ANDERSON MACIEL TAVARES CÂMARA**

Data e Hora: **13/02/2023 17:46:58**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f14851e1.6503fb33.bffc5ce2.ffc9dde4

Assinatura manuscrita em azul.